CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Rua Tenente Silveira nº 60 – 4º andar – Centro – Florianópolis/SC
CEP 88.010-300
Fone: (48) 3251-6317
E-mail: conselhohabitacaofloripa@gmail.com

ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – 12/03/2020.

Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte, às 14 horas, no Auditório da Casa da Memória – Rua Padre Miguelinho, nº 58 - Centro – Florianópolis, reuniram-se os seguintes integrantes do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS): Kelly Cristina Vieira (SMHS/SMI); Carlos Alberto da Silva (SESP/SMSP); Gabriela Stein Zacchi (IPUF); Flávio G.dos Santos Filho (SMC); Audenir Cursino de Carvalho (SEMAS); Marcelo Suezo Haseda (SMDU); Luciano Porto (PGM); Werner Rodrigues Franco (SMS); Estevão Roberto Ribeiro (CREA/SC); Antônio Couto Nunes (CAU/SC); Luciano Leite da Silva Filho (ASA); Sheylla C. Guedes Pereira e Lenir Maciel Marczak (Região Norte da Ilha); Albertina da Silva de Souza e Tania Teixeira (Região Centro Ilha); Émerson de Jesus Duarte e Zoraia Vargas Guimarães (Região Sul da Ilha); Leonardo Roque Pessina Bernini (Região Leste da Ilha); Paulo João Rodrigues (Região Continental); Jordi Sanchez-Cuenca Alomar e Albani Pawelski Lopes (UFECO), totalizando dezesseis (16) entidades representadas. Também estiveram presentes na reunião: Marcos A. Medeiros Júnior, Lucas Barros Arruda, Juliana Hartmann Gomes, Simone Lolatto, Betina D'Ávila e Vanessa Zoraide Domingos (SMI/PMF); Elisa Jorge (Assessora Vereadora Carla) e a Secretária do Conselho Paulina Korc, somando um total de vinte e nove (29) pessoas presentes. Justificaram ausência: Valter José Gallina (SMI/PMF); Alexandre João Vieira (SMSP/PMF); Jorge Alfredo da Luz (SMC/PMF); Carlos B. Leite e Lorena M. Babot (SINDUSCON); Ivone M. Perassa (ASA); A conselheira suplente da Secretaria Municipal de Infraestrutura/PMF **Kelly Cristina Vieira** conduziu os trabalhos da presente reunião. Inicialmente, passou a palavra ao Sr. Marcos Medeiros Júnior, Secretário Adjunto da SMI/PMF o qual justificou a impossibilidade da presença do Presidente do Conselho e Secretário Municipal de Infraestrutura Sr. Valter José Gallina. Em sua fala, **Marcos** enalteceu a importância do Conselho e disse que esta nova gestão tem muitos desafios porque estamos diante de uma nova realidade, onde as políticas públicas de governo, tanto federal como estadual, que embasavam todas as políticas de habitação de interesse social em nosso país, atualmente não existem mais. Portanto, o desafio é encontrar alternativas onde possa melhorar a qualidade de vida, a moradia das pessoas. Na avaliação do Secretário Adjunto, o maior desafio, o qual a Prefeitura está disposta a fazer, é a regularização fundiária, principalmente nas áreas onde é da competência da área de habitação de interesse social – ZEIS. Afirmou que a Prefeitura tem a competência de fazer isso e vai fazer, para tanto, o a Prefeitura conta com a ideia e o apoio dos conselheiros. **Marcos** informou ainda que a Secretaria está fazendo levantamento de todos os recursos

que tem em conta bancária depositados no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS). Na sequência, serão discutidas e traçadas, junto a este Conselho, ações e metas para aplicar estes recursos. **Marcos** encerrou sua fala salientando que a Prefeitura conta com os conselheiros, os quais também podem contar com o apoio da Prefeitura. Dando prosseguimento à reunião, **Kelly Cristina** justificou a presença do Engº. Lucas Barros Arruda, Diretor de Saneamento/SMI/PMF que, por solicitação do Secretário e, considerando que o mesmo já foi Superintendente desta pasta e presidente deste Conselho, está acompanhando e contribuindo com a presente reunião. Na sequência, **Kelly** agradeceu a presença de todos os conselheiros e solicitou que cada um se apresentasse, considerando ser esta a primeira reunião da atual gestão do Conselho. Na oportunidade, **Paulo Rodrigues** representante da Região Continental justificou a necessidade de se ausentar da reunião antes da sua conclusão por ter reunião agendada anteriormente no Centro de Saúde do Abraão. Feita apresentação dos conselheiros, **Kelly** esclareceu que as reuniões ordinárias do CMHIS são mensais, sempre na quinta-feira da segunda semana, das 14 às 16 horas, as quais estão agendadas o Auditório da Casa da Memória, Na oportunidade, foi apresentado e aprovado o calendário das reuniões ordinárias do CMHIS para o ano de 2020. Este calendário será disponibilizado por email a todos os conselheiros. A secretária executiva do Conselho, **Paulina** se manifestou enfatizando que todas as reuniões estão agendadas no mesmo local, para que não haja desencontro e/ou dúvida quanto ao local de cada reunião. As extraordinárias são agendadas quando necessário, acrescentou **Kelly**. **Paulina** registrou que no dia 11/03 remeteu aos conselheiros, por email, os seguintes documentos pertinentes ao CMHIS: Lei N. 8210/2010 de criação do Conselho, Regimento Interno, A lei de criação do FMHIS e o decreto de regulamentação, Decreto de nomeação da atual gestão deste Conselho. **Paulina** disse que encaminha a convocação, documentos e atas por email, mas também pelo whatsaap para facilitar as confirmações de presença ou justificativas de ausência. Em relação às ausências, **Kelly** enfatizou que consta no regimento interno a possibilidade de substituição do conselheiro caso haja três faltas consecutivas e não justificadas ou seis faltas alternadas. Assim sendo, destacou a importância de inserir o calendário de reuniões na agenda para garantir a participação nas reuniões, considerando que são apenas dez reuniões por ano. Em relação às atas das reuniões, os conselheiros foram cientificados que as mesmas são remetidas por email para a leitura e encaminhamento de complementações e/ou correções. **Paulina** disse aos conselheiros que se sintam à vontade para melhorar a redação e/ou fazer as retificações das atas, as quais após aprovação são inseridas na página do Conselho Municipal de Habitação de Interesse

Social, site da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Em relação às ausências, **Paulina** salientou que as justificativas precisam expressar o motivo da ausência para que os conselheiros presentes na reunião possam homologar ou não. Após inúmeros esclarecimentos sobre a condução dos trabalhos deste Conselho e, antecedendo à apresentação do PMHIS, **Kelly** enfatizou que, assim como as demais políticas públicas, a Política Nacional de Habitação de Interesse Social funciona como um sistema integrado nacional, estadual e municipal. O Município de Florianópolis tem os três principais elementos da política municipal de habitação de interesse social: Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) instituído; Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS). **Kelly** salientou que o Plano é de 2012 e que um dos indicativos da 1ª Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social é a realização da sua revisão. A ideia foi começar os trabalhos da gestão do Conselho, apresentando uma visão geral do Plano, a forma está organizado, os programas e as ações. A apresentação foi realizada pela Arquiteta Juliana Hartmann Gomes da Superintendência de Habitação e Saneamento/SMI/PMF. **Juliana** esclareceu que esta apresentação foi realizada no decorrer da Conferência de Habitação, da qual a maioria dos conselheiros não esteve presente. Salientou que o Plano é de 2012 e que os dados estão desatualizados, por isso a necessidade de fazer a revisão. Salientou que muitas pessoas questionam esses dados por serem defasados, mas são os dados oficiais que se tem no momento para trabalhar. O Plano é um instrumento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, tendo como objetivo promover o planejamento das ações do setor habitacional de forma a garantir o acesso à moradia, priorizando famílias com salário de zero a três salários mínimos. Na sequência, **Juliana** historiou o processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS). Durante a apresentação, a arquiteta discorreu sobre a situação das quatro regiões, conforme divisão realizada na Conferência de Habitação. Salientou que as Áreas de Interesse Social constantes no PMHIS, em 2014, foram transformadas em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) 1, 2 ou 3, exceto as áreas que precisavam ser totalmente reassentadas como Vila do Arvoredo, a Ponta do Leal, esta já removida do local. No decorrer da apresentação, **Juliana** discorreu sobre as áreas de interesse social divididas por distritos e as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), salientando que a região central de Florianópolis tem a menor disponibilidade de área. A **arquiteta** destacou que é fundamental para amenizar o déficit é garantir que o mesmo não seja alimentado com novas ocupações de baixa renda espontâneas e irregulares. Em sua apresentação, **Juliana** enfatizou a importância do Desenvolvimento Institucional (DI),

fortalecendo a Secretaria com equipe e capacidade técnica, lembrando que atualmente a equipe está bem enxuta. Também fazem parte do DI, o Conselho de Habitação, as parcerias com o setor privado de incentivo às construções de habitação de interesse social e a busca de recursos para executar os projetos. O PMHIS contem seis programas com dezessete ações. Dentre as ações, **Juliana** enfatizou que a Ação 13 que trata da assistência técnica poderia ser trabalhada em parceria com o CAU/SC para ser aplicada no Município. No decorrer da apresentação, salientou que a equipe técnica da Diretoria de Habitação vem se reunindo com o IPUF para avaliar o motivo que dificulta o setor privado de produzir habitação de interesse social, principalmente para famílias com renda de três a dez salários mínimos. Concluída a apresentação, **Émerson** se manifestou abordando sobre o problema da expansão em todo Município, enfatizando na região Sul da Ilha. Além do problema da terra, citada na Conferência, Florianópolis também tem o problema dos recursos humanos, da demanda reprimida que não é pequena, dos problemas de construções irregulares. O Conselho está tratando um documento defasado, com dados de 2010. Na sua avaliação, não vê um horizonte diante dos problemas que se apresentam. **Kelly** reconheceu as colocações do Émerson, enfatizando que não se pode desistir, embora não seja fácil trabalhar com habitação, sendo de interesse social. Disse ainda que a legislação é muito recente no país, como o Estatuto da Cidade que é de 2001, o qual trouxe à pauta da política todas as questões pertinentes ao acesso à moradia como um direito à cidade. **Kelly** salientou ainda que, embora defasados, são os dados oficiais que o Município tem atualmente e está utilizando. Com base neste Plano, será produzido um novo diagnóstico. Afirmou que foi tirado como indicativo da 1ª Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social que este Plano seja atualizado. Disse ainda que este é um trabalho difícil enquanto Secretaria, pois requer trabalho de campo muito grande, de cadastro das comunidades a exemplo do que foi realizado em 2009/2010. A equipe não tem estrutura para isso. Ao que **Émerson** sugeriu a parceria com a academia. Ao que **Lucas** disse que a academia também tem custos para fazer o serviço. **Kelly** afirmou que é preciso fazer a revisão do Plano para trabalhar com dados mais atuais e também tem o indicativo da Conferência de Habitação. Portanto, isso está como uma das necessidades mais que urgentes. Citou que se fala em cadastro de déficit habitacional de 17 mil famílias, até 2014, quando as inscrições foram encerradas. Porém esses dados são do cadastro realizado pela COHAB que tinha uma forma de cadastramento em que o cidadão com necessidade habitacional entrava no sistema e se cadastrava. **Kelly** salientou que esse dado não é real, pois, independentemente de onde a pessoa morava, se tinha a intenção de morar em Florianópolis, entrava como

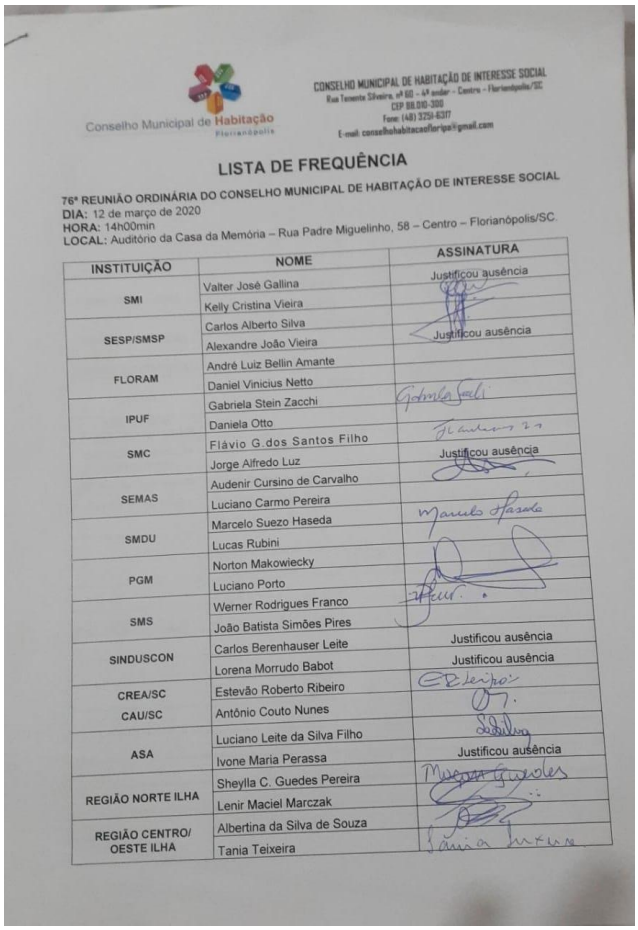
déficit habitacional de Florianópolis. Avaliando os cadastros da região metropolitana, este índice abaixa para doze mil famílias, considerando que as outras cinco mil são de famílias residentes nos municípios vizinhos. Em relação à fusão da Secretaria de Obras com Habitação e Saneamento Ambiental, **Kelly Cristina** avaliou que, por um lado, para a equipe técnica foi positivo porque os técnicos que realizam os levantamentos topográficos estão na mesma Secretaria que a Habitação. E começa a colocar a questão da habitação na Cidade com outro olhar, um olhar de construir Cidade. Por outro lado, a demanda é grande, porém a equipe técnica está reduzida e alguns em processo de aposentadoria. **Lucas** disse que o desafio das políticas públicas em geral está com problemas. O mais importante é a gente renovar as nossas esperanças, exemplo disso são as novas políticas, as inovações. Isso acontece não só a nível municipal, mas também federal. Frente a realidade que temos, as pessoas do déficit habitacional não estão na rua, mas estão em alguma casa, não em plenas condições de moradia. Então, tem a Lei que trata sobre a regularização fundiária que permite que áreas ocupadas em APP (Áreas de Preservação Permanente), se for de interesse social e não tiver risco, ela pode permanecer no local. Isso é um alento para o setor de habitação, porque só construir casa não irá resolver. **Kelly** disse que um dos indicativos da Conferência é garantir recurso no orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS). Atualmente no orçamento municipal não é destinado nenhum mínimo como é da educação, da saúde e sem recurso é muito difícil trabalhar. Nos últimos três anos o município tem investido em melhorias habitacionais, sendo uma intervenção qualitativa para não deixar se transformar em demanda quantitativa. **Kelly** enfatizou que o Plano traz possibilidades de incentivos de mercado, para quem quer usar o sobrezoneamento de área de interesse social, mas mesmo assim, não foi possível transformar essa produção de mercado em algo atrativo para mudar esse cenário da nossa Cidade. Neste sentido, os conselheiros podem se sentir à vontade para dar sugestões. O **Antônio** do CAU/SC já se manifestou em relação à assistência técnica, o que é muito importante para contribuir com que as construções sejam regulares e seguras, ao contrário do que encontramos em muitas comunidades. Em relação à atualização dos dados, **Tânia** sugeriu a contribuição do CRAS. Ao que **Kelly** disse que é um começo, porém o CRAS não poderia fazer este serviço pois ele tem um trabalho específico dentro da Política de Assistência Social. Mas seria um bom começo para a consultoria que irá realizar a revisão do Plano, é pegar os dados disponíveis, tanto do Cadúnico da Assistência Social, quanto os dados que a Secretaria de Saúde atualizados sistematicamente pelos Agentes de Saúde. **Kelly Cristina** enfatizou que são cruzadas as informações contidas no PMHIS, No Cadúnico e no Sistema de Saúde do

Município. Em relação ao pedido da **Tânia** sobre o acesso ao Plano, **Kelly** informou que o PMHIS está disponível no site da Prefeitura, página Secretaria de Infraestrutura. Disse ainda que na Conferência, o Plano foi trabalhado por região, nas Conferências Regionais. **Pessina** confirmou que foi trabalhado intensamente na Conferência. Quanto à indagação do **Jordi** sobre a metodologia a ser utilizada para o Conselho poder contribuir na revisão do PMHIS, **Kelly** disse que está em discussão, não está definida. Neste sentido, **Jordi** sugeriu que um grupo deste Conselho pense numa metodologia para ser aperfeiçoada em reunião ordinária. Na oportunidade, **Kelly** falou sobre a necessidade de definir a metodologia, pois no processo licitatório a Prefeitura precisa especificar o que quer e como deverá ser este trabalho, detalhando isso no Termo de Referência (TR). A conselheira informou que, para definir uma área como de interesse social, é realizado trabalho em parceria com a Secretaria de Saúde. A equipe dos agentes de saúde percebe um grupo de famílias em situação de vulnerabilidade social e reporta ao setor de habitação a informação. A partir de então, é realizado um trabalho em conjunto. Disse ainda que o PMHIS fala de sessenta e quatro (64) áreas de interesse social, mas a Prefeitura após realizar vistoria envolvendo a Saúde, Habitação, SMDU, IPUF, já chancelou que atualmente há sessenta e oito (68) áreas de interesse social e talvez tenha mais do que isso. **Albani** disse que nem sempre os Agentes de Saúde vão em todos os lugares, exemplificando a Ocupação Marielle. Ao que **Kelly** esclareceu que a Comunidade ainda não foi mapeada pela Saúde como fazendo parte daquele território. **Lenir** sugeriu contato com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que tem informações importantes, salientando que censo/cadastro censitário está previsto para ser realizado no segundo semestre de 2020. Neste sentido, **Kelly** disse que a gestão anterior do Conselho e a própria Conferência também sugeriram esta parceria com o IBGE, verificando a possibilidade de debater as manchas/ZEIS do Plano Diretor e inserir algumas questões específicas como fonte para atualização de dados para o PMHIS. **Émerson** enfatizou que a Conferência apresentou proposições que precisam ser encaminhadas. Na oportunidade, sugeriu que o Conselho elabore um plano de ação a curto, médio e longo prazo, para dar respostas às demandas. Enfatizou que as demandas das conferências se repetem no Saneamento, na Saúde, na Habitação, dentre outras. Vindo de encontro à sugestão do Émerson e a exemplo do encaminhamento dado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, **Lucas** sugeriu a composição da comissão para pegar os indicativos da Conferência e agrupar, definindo assim as pautas do Conselho. **Pessina** se manifestou favorável à proposta, salientando que em anos anteriores havia uma Comissão Executiva do CMHIS e funcionava muito bem. **Kelly** disse que estava prevista também a

apresentação das metas do PMHIS, além das setenta e quatro (74) proposições da 1ª Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social. Considerando não haver tempo hábil, **Kelly** propôs que os conselheiros se familiarizem com as metas, constantes a partir da pág. 124 do Plano. Esclareceu que as metas foram definidas de acordo com o cenário encontrado no diagnóstico, mais o crescimento demográfico da população, sendo espacializadas a curto prazo (5 anos), médio prazo (10 anos) e longo prazo (15 anos). Na sequência **Kelly** discorreu brevemente sobre cada meta. Em relação à Meta 2 que trata sobre a regularização das áreas, **Kelly** informou que na última semana de fevereiro/2020, foi protocolado no Cartório de Registro de Imóveis o processo de regularização fundiária da região da Chico Mendes, após intenso esforço das assistentes sociais da Diretoria de Habitação para atualizar os dados pessoais dos moradores. Lamentou que algumas famílias não quiseram entregar os documentos. As escrituras serão individualizadas. **Kelly** destacou que, por conta da Lei 13465/2017 da REURB, que facilita os processos de regularização fundiária, tem um grupo de oportunistas que estão no Sul da Ilha, passando de casa em casa, se dizendo de empresa contratada pela Prefeitura, inclusive com crachá de identificação e com máquina para cartão, cobrando uma taxa para fazer a regularização fundiária. Na oportunidade, solicitou aos conselheiros que repassem a informação de que não tem nenhuma empresa selecionada e nem credenciada pela Prefeitura para fazer processos de regularização fundiária urbana nas comunidades e, principalmente, não há custo algum para quem quiser entrar com pedido de REURB no Município. Dada entrada ao processo, tem uma comissão da Prefeitura que estabelece se é REURB-S ou REURB-E de acordo com a Lei. Na sequência, **Antônio Nunes** informou que o CAU/SC está desenvolvendo uma série de políticas urbana e de habitação, que será disponibilizado aos conselheiros para conhecimento. Salientou que o CAU está desenvolvendo uma ação na Comunidade da Serrinha, com recurso próprio. Está lançando edital no valor de oitenta mil reais (R$ 80.000,00) para oferecer assistência técnica no Estado de Santa Catarina Em relação às perspectivas de futuro, **Antônio** informou que foi realizado seminário juntamente com IAB e o Curso de Arquitetura, sobre Residência em Arquitetura e Urbanismo para Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária. Tem convênio com a GRANFPOLIS e a proposta de ações para 2021 é ter uma residência, ou seja, um curso de especialização na UFSC, com vinte (20) acadêmicos atuando em demandas da Grande Florianópolis. Em tese, cada município terá um arquiteto envolvido, com outros técnicos neste projeto. Também falou sobre o relatório das ações realizadas em Chapecó, onde é realizado o chamado ‘estudo de caso’. Por último, **Antônio** informou que o CAU tem uma

comissão específica para habitação, que é a comissão de assistência técnica e uma Câmara Temática. Salientou que o espaço está aberto para os interessados no debate. Neste momento, **Sheylla Guedes/Maçan** se manifestou pedindo atenção à Comunidade da Vargem do Bom Jesus. Disse que no terreno da praça da comunidade, a Prefeitura quer colocar habitação de interesse social. Em 2017, o terreno era um lixão e a comunidade limpou para utilizar como praça e fazer horta comunitária. Disse que em janeiro a comunidade foi despejada junto com nove invasores, dentre eles uma oficina mecânica e que cercaram o terreno para evitar que fosse usado como estacionamento. **Maçan** reclamou que a comunidade não tem praça, não tem vaga na escola, não tem contra turno escolar, não tem posto de saúde. Disse que das doze chacinas ocorridas no Norte da Ilha este ano, seis foram na Vargem do Bom Jesus. As famílias correm risco porque não tem segurança. Citou a Comunidade do Morro do Mosquito que está crescendo bastante, além de outras áreas que estão sendo ocupadas. Na oportunidade, **Maçan** fez crítica à arquiteta Juliana, enfatizando que o projeto habitacional, chamado pela comunidade de pombal, está projetado para a área onde a comunidade quer a praça, a sede da Associação de Moradores, o contra turno escolar. No entendimento de muitos da Comunidade o projeto habitacional foi feito pela arquiteta Juliana, porque foi ela que assinou, sem levar em conta as necessidades da comunidade. Incisivamente criticou a técnica da Prefeitura, afirmando que a mesma sugeriu que a praça da comunidade fosse transferida para o final da rua. Na oportunidade, ainda aflita, **Maçan** questionou para onde então irá o posto de saúde. Disse ainda que ninguém conversa com a comunidade. Assim sendo, informou que fizeram um abaixo assinado com três mil assinaturas e protocolou na Secretaria de Infraestrutura e no Gabinete do Prefeito. **Kelly** se dirigiu à Maçan esclarecendo que, “você, como conselheira, tem a palavra de fazer uma sugestão de encaminhamento para este Conselho. Este Conselho não é o Prefeito, não é a Prefeitura. Mas é um conjunto de forças da sociedade que se reúne para discutir a política de habitação.” Na oportunidade, reiterou o pedido à **Maçan** de que sugira o encaminhamento para que seja colocado na pauta do Conselho. **Maçan** disse que quer uma reunião na comunidade. **Kelly** propôs que seja inserido numa das pautas um olhar especial para a Comunidade da Vargem do Bom Jesus e, subsequentemente, deu sequência à reunião. Finalizando a reunião, foram definidos os seguintes encaminhamentos: **1)** Composição da Comissão para definição da metodologia da revisão do PMHIS: Jordi, Pessina, Tânia e SMI/PMF. **2)** Composição da Comissão para trabalhar as proposições da Conferência nas pautas do Conselho: Albertina, Werner, Pessina, Audenir e SMI/PMF. **3)** A Diretoria de Habitação se comprometeu a realizar contato com o IBGE. **4)** Colocar na pauta

do Conselho uma discussão específica sobre a Comunidade da Vargem do Bom Jesus. **Audenir** sugeriu que uma das pautas da reunião de 09/04 seja sobre a Vargem do Bom Jesus. **Antônio** se manifestou sugerindo que a Diretoria de Habitação apresentasse as ações que estão sendo executadas no momento para conhecimento dos conselheiros. Sendo assim, os conselheiros deliberaram pela seguinte pauta para a 77ª Reunião Ordinária do CMHIS: A operação da Secretaria Municipal de Infraestrutura voltada à Habitação; Discussão sobre a Comunidade da Vargem do Bom Jesus; Informações das Comissões sobre as sugestões quanto a metodologia para revisão do PMHIS e pautas do Conselho com base nos indicativos da Conferência de Habitação; Informações do contato com o IBGE. **Lenir** se manifestou salientando a urgência na implementação do saneamento básico e da infraestrutura. **Elisa Jorge**, assessora da Vereadora Carla, se manifestou enaltecendo o empenho e compromisso dos representantes da sociedade social lutando pela habitação de interesse social. A mesma lamentou a forma como foi conduzida a reunião no momento em que a conselheira Maçan se manifestou, enfatizando que a conselheira foi interrompida em sua fala. **Elisa** informou que o Gabinete da Vereadora Carla, irá acompanhar as reuniões do Conselho. Disse que anseia que nesta gestão, o Conselho tenha uma proatividade maior, pois ocupa o tempo das pessoas com muito pouco resultado, exemplificando a gestão passada**. Werner** falou da importância das reuniões do Conselho e se dispôs a buscar na Secretaria Municipal de Saúde as informações solicitadas pela conselheira Maçan sobre o Centro de Saúde da Vargem do Bom Jesus. Enfatizou que é relevante a busca de informações na Secretaria de Educação em relação às questões colocadas pela conselheira do Norte da Ilha. **Albertina** enfatizou que o Conselho não pode tratar cada realidade isoladamente, é preciso fazer a relação com as outras políticas, pois uma interfere na outra. Na sua avaliação, a educação e a segurança no Norte da Ilha estão em crise. Por fim, **Maçan** pediu que fosse esclarecido que critérios são utilizados para definir as famílias a serem atendidas nas casas que a Prefeitura pretende construir. **Betina,** Assistente Social da Prefeitura, se manifestou dizendo que se sentiu diretamente agredida pela forma como a Maçan se expressou, principalmente em relação à Arquiteta Juliana e sugeriu que a mesma avalie a forma de se manifestar. Colocação esta não sendo aceita pela Maçan. A reunião foi encerrada pela conselheira **Kelly Cristina Vieira** e eu, Paulina Korc, redigi a presente ata.



Conselho Municipal de Habitação
Florianópolis

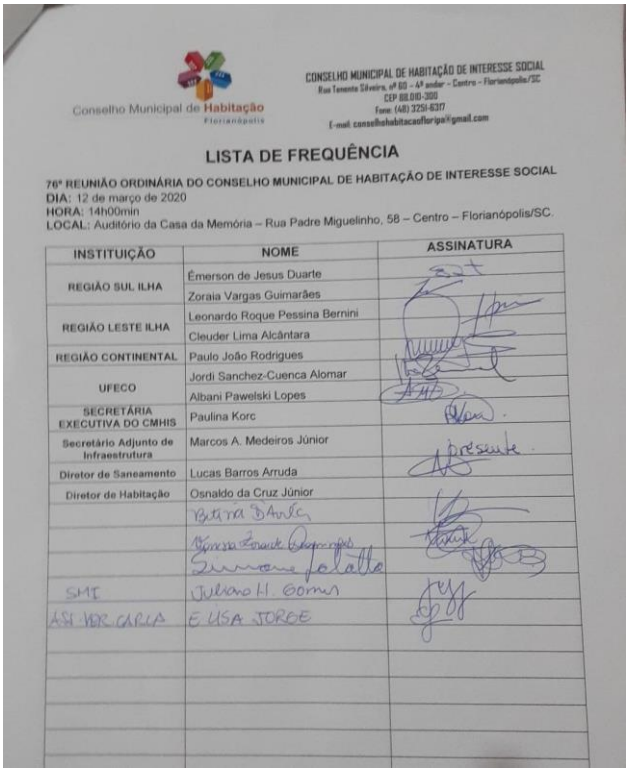
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Rua Tenente Silveira, nº 60 – 4º andar – Centro – Florianópolis/SC
CEP 88.010-300
Fone: (48) 3251-6317
E-mail: conselhohabitacaofloripa@gmail.com

LISTA DE FREQUÊNCIA

76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
DIA: 12 de março de 2020
HORA: 14h00min
LOCAL: Auditório da Casa da Memória – Rua Padre Miguelinho, 58 – Centro – Florianópolis/SC.

INSTITUIÇÃO	NOME	ASSINATURA
SMI	Valter José Gallina	Justificou ausência
	Kelly Cristina Vieira	
SESP/SMSP	Carlos Alberto Silva	
	Alexandre João Vieira	Justificou ausência
FLORAM	André Luiz Bellin Amante	
	Daniel Vinicius Netto	
IPUF	Gabriela Stein Zacchi	
	Daniela Otto	
SMC	Flávio G.dos Santos Filho	
	Jorge Alfredo Luz	Justificou ausência
SEMAS	Audenir Cursino de Carvalho	
	Luciano Carmo Pereira	
SMDU	Marcelo Suezo Haseda	
	Lucas Rubini	
PGM	Norton Makowiecky	
	Luciano Porto	
SMS	Werner Rodrigues Franco	
	João Batista Simões Pires	
SINDUSCON	Carlos Berenhauser Leite	Justificou ausência
	Lorena Morrudo Babot	Justificou ausência
CREA/SC	Estevão Roberto Ribeiro	
CAU/SC	Antônio Couto Nunes	
ASA	Luciano Leite da Silva Filho	
	Ivone Maria Perassa	Justificou ausência
REGIÃO NORTE ILHA	Sheylla C. Guedes Pereira	
	Lenir Maciel Marczak	
REGIÃO CENTRO/ OESTE ILHA	Albertina da Silva de Souza	
	Tania Teixeira	

303



Conselho Municipal de Habitação
Florianópolis

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Rua Tenente Silveira, nº 60 – 4º andar – Centro – Florianópolis/SC
CEP 88.010-300
Fone: (48) 3251-6317
E-mail: conselhohabitacaofloripa@gmail.com

LISTA DE FREQUÊNCIA

76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
DIA: 12 de março de 2020
HORA: 14h00min
LOCAL: Auditório da Casa da Memória – Rua Padre Miguelinho, 58 – Centro – Florianópolis/SC.

INSTITUIÇÃO	NOME	ASSINATURA
REGIÃO SUL ILHA	Émerson de Jesus Duarte	
	Zoraia Vargas Guimarães	
REGIÃO LESTE ILHA	Leonardo Roque Pessina Bernini	
	Cleuder Lima Alcântara	
REGIÃO CONTINENTAL	Paulo João Rodrigues	
UFECO	Jordi Sanchez-Cuenca Alomar	
	Albani Pawelski Lopes	
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMHIS	Paulina Korc	
Secretário Adjunto de Infraestrutura	Marcos A. Medeiros Júnior	presente
Diretor de Saneamento	Lucas Barros Arruda	
Diretor de Habitação	Osnaldo da Cruz Júnior	
	Beatriz Bauer	
	[illegible]	
	[illegible]	
SMI	Juliano H. Gomes	
ASSESSOR CARLA	ELISA JORGE	

304